



**Demonstrações Contábeis**

**2020**

**Informações Suplementares da Gestão Assistencial**



**Índice**

---

<b>Demonstrações Contábeis .....</b>	<b>3</b>
Balço Patrimonial .....	3
Demonstração do Resultado .....	4
Demonstração das Mutações do Patrimônio Social .....	5
Demonstração do Resultado Abrangente .....	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto) .....	7
<b>Notas Explicativas .....</b>	<b>7</b>
1. Contexto Operacional .....	8
2. Políticas Contábeis .....	10
3. Aplicações Financeiras .....	14
4. Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde .....	16
5. Créditos Tributários e Previdenciários .....	16
6. Bens e Títulos a Receber .....	16
7. Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde .....	17
8. Débitos de Operações de Assistência à Saúde .....	18
9. Tributos e Encargos Sociais a Recolher .....	18
10. Débitos Diversos .....	18
11. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes .....	19
12. Patrimônio Social .....	21
13. Demonstração do Patrimônio Mínimo Ajustado e Margem de Solvência .....	22
14. Receitas com Operações de Assistência à Saúde .....	22
15. Eventos Conhecidos ou Avisados .....	23
16. Despesas Administrativas .....	24
17. Partes Relacionadas .....	24
18. Instrumentos Financeiros Ativos .....	25
19. Instrumentos Financeiros Derivativos .....	25
20. Aprovação das Demonstrações Contábeis .....	25
21. Eventos Subsequentes .....	25

---

Valores expressos em milhares de Reais

### Balanco Patrimonial

ATIVO	Nota	2020	2019	PASSIVO	Nota	2020	2019
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b><u>133.464</u></b>	<b><u>183.632</u></b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b><u>43.680</u></b>	<b><u>42.067</u></b>
Disponível		49	110	<b>Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde</b>	8	<b><u>23.068</u></b>	<b><u>22.423</u></b>
<b>Realizável</b>		<b><u>133.415</u></b>	<b><u>183.522</u></b>	Provisões de Contraprestação Não Ganha (PPCNG)		3.007	3.348
<b>Aplicações Financeiras</b>	4	<b><u>123.581</u></b>	<b><u>175.351</u></b>	Provisão de Eventos a Liquidar para SUS		1.070	1.199
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		20.284	34.831	Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviço Assistenciais		14.560	12.530
Aplicações Livres		103.297	140.520	Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (Peona)		4.431	5.346
<b>Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde</b>	5	<b><u>6.986</u></b>	<b><u>5.269</u></b>	<b>Débitos de Operações de Assistência à Saúde</b>	9	<b><u>5.797</u></b>	<b><u>5.046</u></b>
Contraprestação Pecuniária a Receber	5.1	1.853	2.684	<b>Tributos e Encargos Sociais a recolher</b>	10	<b><u>434</u></b>	<b><u>607</u></b>
Outros Créditos de Op. com Planos de Assistência à Saúde	5.2	5.133	2.585	<b>Débitos Diversos</b>	11	<b><u>14.381</u></b>	<b><u>13.991</u></b>
<b>Créditos Tributários e Previdenciários</b>	6	<b><u>2.416</u></b>	<b><u>2.426</u></b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b><u>182.049</u></b>	<b><u>175.906</u></b>
<b>Bens e Títulos a Receber</b>	7	<b><u>432</u></b>	<b><u>476</u></b>	<b>Provisões para Ações Judiciais</b>	12	<b><u>182.049</u></b>	<b><u>175.906</u></b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b><u>175.212</u></b>	<b><u>169.099</u></b>	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	13	<b><u>82.947</u></b>	<b><u>134.758</u></b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b><u>175.212</u></b>	<b><u>169.099</u></b>	Ajustes de Avaliação Patrimonial		369	1.393
<b>Depósitos Judiciais e Fiscais</b>	12	<b><u>175.212</u></b>	<b><u>169.099</u></b>	Superavits/Deficits Acumulados ou Resultado		82.578	133.365
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b><u>308.676</u></b>	<b><u>352.731</u></b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b><u>308.676</u></b>	<b><u>352.731</u></b>

Daniel André Stieler  
 Diretor Superintendente  
 CPF 391.145.110-53

Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira  
 Diretor Financeiro  
 CPF 379.765.161-91

César Augusto Jacinto Teixeira  
 Diretor Administrativo  
 CPF 218.688.948-00

Mauricio Aparecido Lopes  
 Diretor de Seguridade  
 CPF 078.627.298-89

Tadeu Pigioni Horta Fernandes  
 Contador  
 CRC 1 SP 241642/O-1  
 CPF: 222.044.038-90

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**Demonstração do Resultado**

	Nota	2020	2019
<b>Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência à Saúde</b>		<b>239.169</b>	<b>236.830</b>
<b>Receitas com Operações de Assistência à Saúde</b>	<b>15</b>	<b>239.563</b>	<b>237.178</b>
Contraprestações Líquidas		237.944	236.279
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		1.619	899
<b>(-) Tributos Diretos de Op. com Planos de Assistência à Saúde da Operadora</b>		<b>(394)</b>	<b>(348)</b>
<b>Eventos Indenizáveis Líquidos</b>	<b>16</b>	<b>(266.675)</b>	<b>(287.434)</b>
Eventos Conhecidos ou Avisados		(266.576)	(286.988)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		(99)	(446)
<b>RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE</b>		<b>(27.506)</b>	<b>(50.604)</b>
<b>Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora</b>		<b>-</b>	<b>100</b>
Outras Receitas Operacionais		-	100
<b>Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde</b>		<b>(3.197)</b>	<b>(4.376)</b>
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(1.782)	(2.257)
Provisão para Perdas Sobre Crédito		(1.415)	(2.119)
<b>Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. Com Planos de Saúde da Operadora</b>		<b>(3.988)</b>	<b>(4.222)</b>
<b>RESULTADO BRUTO</b>		<b>(34.691)</b>	<b>(59.102)</b>
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>17</b>	<b>(22.353)</b>	<b>(24.629)</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>		<b>6.257</b>	<b>31.841</b>
Receitas Financeiras		28.406	45.728
Despesas Financeiras		(22.149)	(13.887)
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>		<b>(50.787)</b>	<b>(51.890)</b>

Daniel André Stieler  
 Diretor Superintendente  
 CPF 391.145.110-53

Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira  
 Diretor Financeiro  
 CPF 379.765.161-91

César Augusto Jacinto Teixeira  
 Diretor Administrativo  
 CPF 218.688.948-00

Mauricio Aparecido Lopes  
 Diretor de Seguridade  
 CPF 078.627.298-89

Tadeu Pigion Horta Fernandes  
 Contador  
 CRC 1 SP 241642/O-1  
 CPF 222.044.038-90

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Social**

	RESERVAS DE LUCROS/ SOBRAS/ RETENÇÕES DE SUPERAVIT	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	TOTAL
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018</b>	<b>185.255</b>	<b>2.411</b>	<b>187.666</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial Superavit/(Deficit) do Exercício	- (51.890)	(1.018) -	(1.018) (51.890)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</b>	<b>133.365</b>	<b>1.393</b>	<b>134.758</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial Superavit/(Deficit) do Exercício	- (50.787)	(1.024) -	(1.024) (50.787)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>	<b>82.578</b>	<b>369</b>	<b>82.947</b>

Daniel André Stieler  
Diretor Superintendente  
CPF 391.145.110-53

Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira  
Diretor Financeiro  
CPF 379.765.161-91

César Augusto Jacinto Teixeira  
Diretor Administrativo  
CPF 218.688.948-00

Mauricio Aparecido Lopes  
Diretor de Seguridade  
CPF 078.627.298-89

Tadeu Pigioli Horta Fernandes  
Contador  
CRC 1 SP 241642/O-1  
CPF 222.044.038-90

**Demonstração do Resultado Abrangente**

	2020	2019
<b>Resultado Líquido</b>	<b>(50.787)</b>	<b>(51.890)</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.024)	(1.018)
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>(51.811)</b>	<b>(52.908)</b>

Daniel André Stieler  
Diretor Superintendente  
CPF 391.145.110-53

Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira  
Diretor Financeiro  
CPF 379.765.161-91

César Augusto Jacinto Teixeira  
Diretor Administrativo  
CPF 218.688.948-00

Mauricio Aparecido Lopes  
Diretor de Seguridade  
CPF 078.627.298-89

Tadeu Pigioni Horta Fernandes  
Contador  
CRC 1 SP 241642/O-1  
CPF 222.044.038-90

**Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**

	2020	2019
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
(+) Recebimentos de Plano Saúde	310.479	314.123
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	334.583	344.772
(+) Outros Recebimentos Operacionais	4.834	5.051
(-) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(335.559)	(357.460)
(-) Pagamentos de Pessoal	(13.457)	(13.794)
(-) Pagamentos de Pró-Labore	(211)	(259)
(-) Pagamentos de Serviços Terceiros	(4.699)	(5.723)
(-) Pagamentos de Tributos	(7.276)	(8.543)
(-) Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(4.518)	(5.922)
(-) Aplicações Financeiras	(283.838)	(271.878)
<b>Caixa Líquido das Atividades Operacionais</b>	<b>338</b>	<b>367</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
(-) Outros Pagamentos das Atividades de Investimento	(399)	(401)
<b>Caixa Líquido das Atividades de Investimentos</b>	<b>(399)</b>	<b>(401)</b>
<b>VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>(61)</b>	<b>(34)</b>
Caixa - Saldo Inicial	110	144
Caixa - Saldo Final	49	110
Ativos Livres no Início do Período	140.630	193.821
Ativos Livres no Final do Período	103.346	140.630
<b>AUMENTO/ (DIMINUIÇÃO) NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES</b>	<b>(37.284)</b>	<b>(53.191)</b>

Daniel André Stieler  
Diretor Superintendente  
CPF 391.145.110-53

Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira  
Diretor Financeiro  
CPF 379.765.161-91

César Augusto Jacinto Teixeira  
Diretor Administrativo  
CPF 218.688.948-00

Mauricio Aparecido Lopes  
Diretor de Seguridade  
CPF 078.627.298-89

Tadeu Pigioni Horta Fernandes  
Contador  
CRC 1 SP 241642/O-1  
CPF 222.044.038-90



## 1. Contexto Operacional

O **Economus - Instituto de Seguridade Social** ("Economus" ou "Entidade"), CNPJ nº. 49.320.799/0001-92, com sede na Rua Quirino de Andrade, nº 185, em São Paulo/SP, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, constituída em 01 de setembro de 1977, e registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar ANS sob o nº 34.261-1, para operar planos de assistência à saúde, conforme Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

O Economus opera planos de saúde regulados pela ANS, na modalidade de autogestão, com a finalidade de prover assistência médica aos empregados oriundos do extinto Banco Nossa Caixa S.A., atualmente vinculados ao Banco do Brasil S.A., aos empregados do Economus e aos participantes dos planos previdenciais, Regulamento Geral, Regulamento Complementar nº 1 e PrevMais, bem como, aos respectivos dependentes e pensionistas.

O Economus oferece também, por meio do plano Economus Família, assistência à saúde aos dependentes não preferenciais dos participantes ativos e assistidos do Economus, bem como para os funcionários em Licença por Interesse Particular e os titulares sem vínculo previdenciário com o Economus, após o desligamento do patrocinador.

Na Gestão Assistencial, são observadas as disposições descritas na Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, e alterações posteriores, nas Resoluções da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), bem como no Estatuto Social do Economus, Regimentos Internos, Regulamento de cada plano de saúde e nas decisões proferidas pela Administração da Entidade.

### a) Beneficiários

O Economus possui 40.855 vidas assistidas (42.076 vidas, em 2019) e administra os seguintes planos assistenciais:

Plano	Custeio	População 2020	População 2019	Principais Características
Básico ANS nº 400.593/98-7	Banco do Brasil	56	60	Contratação: Coletivo por Adesão; Empregados ativos, aposentados dos Grupo B (Regulamento Complementar nº 1), Grupo A (Regulamento Complementar nº 2), Grupo C (Regulamento Geral) e seus dependentes, residentes na capital - São Paulo; Acomodação em enfermaria.
PAMC ANS nº 400.594/98-5	Banco do Brasil	364	378	Contratação: Coletivo por Adesão; Empregados ativos, aposentados e pensionistas dos grupos A, B, C e seus dependentes, residentes na interior do Estado de São Paulo; Acomodação em apartamento.
Plus ANS nº 400.597/98-0	Banco do Brasil Autossustentável	9.841 9	10.355 9	Contratação: Coletivo Empresarial; Empregados ativos (admitidos até 31.12.2000), aposentados e pensionistas dos grupos A, B, C e seus dependentes preferenciais (para o grupo "A", até 24 anos, se universitário); Cobertura nacional; Acomodação em apartamento.
Plus II ANS nº 435.934/01-8	Banco do Brasil Autossustentável	13.420 -	13.347 1	Contratação: Coletivo Empresarial; Empregados ativos (admitidos a partir de 01/01/01), aposentados e pensionistas do grupo C e seus dependentes preferenciais; Cobertura nacional; Acomodação em apartamento.
Feas Básico ANS nº 400.595/98-3	Feas	400	414	Contratação: Coletivo por Adesão; Aposentados e pensionistas dos grupos B e C e seus dependentes preferenciais; Cobertura em todo Estado de São Paulo; Acomodação em apartamento.



Valores expressos em milhares de Reais

Plano	Custeio	População 2020	População 2019	Principais Características
Feas PAMC ANS nº 400.596/98-1	Feas	2.916	3.006	Contratação: Coletivo por Adesão; Aposentados e pensionistas dos grupos B e C e seus dependentes preferenciais; Cobertura em todo Estado de São Paulo; Acomodação em apartamento.
Novo Feas ANS nº 469.503/13-8	Feas	9.137	9.434	Contratação: Coletivo por Adesão; Participantes aposentados e pensionistas assistidos pelo Economus, futuros aposentados desde que inscritos como participantes, previdenciário e assistencial e seus dependentes preferenciais; Cobertura nacional; Acomodação em apartamento.
EcoSaúde II ANS nº 469.920/13-3	Economus Autossustentável	347 1	369 1	Contratação: Coletivo Empresarial; Empregados ativos, ex-empregados aposentados por invalidez e seus dependentes preferenciais; Cobertura nacional; Acomodação em apartamento.
Economus Família ANS nº 470.596/14-3	Autossustentável	4.364	4.702	Contratação: Coletivo por Adesão; Os participantes e assistidos dos planos previdenciários administrados pelo Economus e familiares consanguíneos ou afins até 3º grau.; Cobertura nacional; Acomodação em apartamento.

#### b) Planos de Saúde vinculados ao Fundo Feas

Os planos de saúde Feas PAMC, Feas Básico e Novo Feas são vinculados ao fundo Feas, que subsidia a diferença entre as contribuições dos beneficiários e as despesas totais dos planos. No ano de 2020, as despesas totais somaram R\$ 135.381 (R\$ 127.560 mil, em 2019). Deste valor, os beneficiários pagaram R\$ 72.771 (53,75%), enquanto o Fundo Feas pagou R\$ 62.609 mil (46,25%). Considerando o resultado negativo de R\$ 2.378 mil dos investimentos, o consumo de capital do Fundo totalizou R\$ 64.987 mil (em 2019, R\$ 46.423), que corresponde ao valor do Resultado Operacional dos planos no exercício.

A avaliação atuarial desses planos em 2020 destacou fragilidade na situação econômico-financeira dos planos, considerando os resultados apresentados pelos planos e apontou o comprometimento da longevidade dos recursos do fundo Feas, quando observados, o saldo remanescente no fundo, o comportamento recente dos custos assistenciais, as contribuições atreladas à renda dos beneficiários, a exigência de margem de solvência e as garantias contingenciais para o funcionamento dos planos.

As projeções atuariais estimaram que entre novembro e dezembro de 2020 os recursos do Fundo atingiriam o limite mínimo para suportar o funcionamento dos planos a ele vinculados, com a previsão de exaustão total em abril de 2021. Considerando os riscos e os impactos aos beneficiários, e diante deste cenário, aprovou um reajuste no custeio dos planos passando a contribuição de 8% para 15,95%, sobre a renda mensal, sem a utilização dos tetos de contribuição (R\$ 800,00 e R\$ 1.600,00, anteriormente estabelecidos) e com vigência a partir de janeiro de 2021.

Nesse contexto, as contribuições dos beneficiários serão suficientes para cobrir os custos assistenciais e as despesas administrativas, sem o subsídio do Fundo Feas, com exceção ao custeio das isenções de pagamento de mensalidade obtidas judicialmente por um grupo de beneficiários, que continuarão sendo suportadas com recursos do Feas.

Adicionalmente, como medida alternativa para garantir a manutenção da cobertura assistencial aos

Valores expressos em milhares de Reais

participantes assistidos pelos planos de previdência do Economus e aos atuais beneficiários dos planos Feas, houve a aprovação da criação de um novo plano denominado Economus Futuro, com as seguintes características:

- Plano: Coletivo por adesão;
- Abrangência: Nacional;
- Rede credenciada: Manutenção da rede atual do Novo Feas;
- Custeio: autossustentável, formação de Preço - Pós Estabelecida em regime de cotas per capita e por faixa etária, com reavaliação trimestral;
- Periodicidade de pagamento: 12 parcelas/ano, na data do recebimento do benefício previdenciário administrado pelo Economus;

O registro do Economus Futuro pela ANS foi aprovado em 07 de dezembro de 2020, sob o nº 487.608/20-3, sendo que o início do funcionamento do plano está condicionado ao atingimento, por meio de um processo de coleta prévia de adesões, ao mínimo de 40% de adesão dos atuais beneficiários dos planos vinculados ao Feas.

### **c) Gestão das despesas assistenciais**

Foram adotadas em 2020 várias medidas com foco no ganho de eficiência e na automação dos processos, como por exemplo:

- utilização do modelo de remuneração com negociação por pacotes, para a rede credenciada, substituindo a chamada “conta aberta” e oferecendo maior previsibilidade dos gastos assistenciais;
- contratação de empresa especializada em auditoria de leito para os hospitais de maior fluxo;
- otimização, de forma sistêmica, da análise e pagamento da rede credenciada, em consonância com as disposições regulamentares, na busca permanente da eficiência operacional;
- revisão da rede credenciada para substituição de prestadores com custos onerosos, sempre prezando pela qualidade e adequado atendimento dos nossos beneficiários;
- implementação de ferramentas de apoio a análise para a tomada de decisão, por exemplo: plataforma de business intelligence.

Essas ações reforçam o compromisso da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo de manter uma operação de assistência médica sustentável, sem abrir mão da qualidade e da segurança na prestação dos serviços.

### **d) Impactos da COVID-19 nas Demonstrações Financeiras.**

No decorrer de 2020, com o avanço da pandemia da COVID-19 pelo mundo, verificou-se que o volume de despesas com eventos médicos sofreu redução significativa. O movimento foi ocasionado pelo isolamento social imposto pelas autoridades e pelo receio dos beneficiários em se expor ao risco de contaminação do novo Coronavírus, o que fez com que as pessoas evitassem sair de suas casas. Como consequência, houve queda na utilização dos planos de saúde, em especial nos procedimentos eletivos. Dessa forma, os eventos indenizáveis líquidos que totalizaram R\$ 266.675 (R\$ 287.434, em 2019).

## **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis**

As informações suplementares da Gestão Assistencial foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), em especial as Resoluções Normativas (RN) n° 451/2020, 442/2018, 435/2018, 430/2017, 393/2015, 392/2015, e alterações posteriores, com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) recepcionadas pela ANS, com as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC n° 1.409/2012 que aprovou a ITG-2002, bem como as disposições contidas no Estatuto Social do Economus.

A Lei n° 11.638, de 28 de dezembro de 2007, que alterou, revogou e introduziu novos conceitos à Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, estendeu a sua aplicação às demais sociedades, em especial quanto à elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis.

## **3. Políticas Contábeis**

### **3.1. Apuração do Resultado**

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento, em que se destacam:

- As receitas relativas às contraprestações efetivas de operações com planos médico-hospitalares são reconhecidas no efetivo período de cobertura de risco.
- As despesas relativas aos eventos indenizáveis são reconhecidas por ocasião da apresentação das guias de serviço médico-hospitalares pelos prestadores de serviço de saúde.
- As provisões técnicas são constituídas de forma a refletir as obrigações futuras, avisadas e não avisadas, decorrentes da operação de planos de assistência à saúde.
- Outras receitas e despesas são reconhecidas quando da prestação de serviço e/ou de seu faturamento.

### **3.2. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em caixa, em conta corrente, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

### **3.3. Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras são realizadas de acordo com a política de investimentos aprovada pela administração do Economus, que busca otimizar rentabilidade e liquidez dos recursos, dentro de limites de riscos preestabelecidos.

Os instrumentos financeiros são classificados pelo valor justo por meio do resultado e apurados pelas quotas de fundos de investimentos, informadas pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço.

#### **a) Determinação de valor justo de Ativos Financeiros**

Os valores justos dos investimentos são classificados como “Títulos Disponíveis para Negociação” que se baseiam na seguinte hierarquia, de acordo com o CPC 40:

- **Nível 1:** Preços cotados em mercados ativos, para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2:** Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

#### **b) Ativos vinculados a Provisões Técnicas**

O Economus mantém aplicações financeiras vinculadas a provisões técnicas, cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS (Nota Explicativa nº 8).

### **3.4. Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde**

Os créditos são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados pelas provisões estimadas para eventuais perdas.

### **3.5. Demais Ativos**

Os demais elementos patrimoniais do Ativo Circulante e do Ativo Não Circulante são mensurados pelo valor de custo, acrescidos, quando aplicáveis, dos rendimentos e das variações monetárias auferidas.

### **3.6. Provisões Técnicas**

Constituídas de acordo com pronunciamentos emitidos pela ANS, estas provisões são representadas por: **(I) Provisão de Contraprestação Não Ganha (PCNG)**, constituída pela parcela de contraprestação referente ao período de risco a decorrer no mês de competência; **(II) Provisão de Eventos a Liquidar (PEL)**, calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde recebidas pela operadora. Inclui o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS); e **(III) Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (Peona)**, calculada com base em metodologia estabelecida pela ANS (Nota Explicativa nº 8).

### **3.7. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes**

As Provisões e Passivos Contingentes para Ações Judiciais são constituídas para situações de risco de futuros desembolsos financeiros, mensuradas com base em estimativas dos valores das obrigações.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, porém, quando há evidências seguras que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela possibilidade do recebimento ou compensação, são reconhecidos como ativo.

Os depósitos judiciais e recursais são atualizados mensalmente segundo os critérios de indexação determinados pelo tribunal onde tramita o processo judicial. Nas reclamações trabalhistas a atualização ocorre pela taxa de poupança e nas ações tributárias, que tramitam perante a Justiça Federal, o indexador adotado é a Selic.

### **3.8. Provisão para Perdas Sobre Crédito (PPSC)**

É constituída para fazer face às possíveis perdas relativas aos créditos pendentes de recebimento, oriundos dos planos Básico, PAMC, Plus, Plus II, Feas Básico, Feas PAMC, Novo Feas, EcoSaúde

II e Economus Família. A referida provisão é constituída em conformidade com a RN nº 435, de 23 de novembro de 2018, da ANS, a qual estabelece que, havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 dias, a totalidade do crédito desse contrato deverá ser provisionada (Nota Explicativa 5.1).

### **3.9. Imposto de Renda, Contribuição Social e Contribuições**

O Economus, conforme consta em seu Estatuto, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar sem fins lucrativos e, de acordo com sua forma de tributação é isento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), conforme determina o § 3º do art. 15 da Lei nº 9.532/1997, alterado pelo art. 10 da Lei nº 9.718/1998 e isento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, de acordo com o art. 5º da Lei nº 10.426/2002, combinados com a Instrução Normativa RFB nº 1.315/2013.

Em relação ao PIS e à Cofins, a apuração é efetuada com base na Lei nº 9.718/1998. Porém, o Economus questiona judicialmente a legalidade da incidência de tais contribuições sobre suas atividades, e deposita judicialmente as parcelas mensais vincendas das referidas contribuições desde o ingresso da ação.

### **3.10. Demais Passivos**

Os demais elementos patrimoniais do Passivo Circulante e do Passivo não Circulante são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

### **3.11. Estimativas Contábeis**

Os números apresentados nas Demonstrações Contábeis são baseados em pressupostos e estimativas da administração, com relação às expectativas futuras de recebimentos e pagamentos das transações e eventos econômicos ocorridos até o presente período. Os pressupostos e estimativas são inerentes ao processo de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábil e são significativamente afetados pela complexidade das atividades operacionais desempenhadas pela Entidade. Os valores reais dos fluxos de caixa futuros podem divergir dos valores estimados, quando da materialização dos eventos que geraram essas estimativas, as quais são revisadas periodicamente.

### **3.12. Moeda Funcional e de apresentação das Demonstrações Contábeis**

Nas Demonstrações Contábeis das informações suplementares da Gestão Assistencial, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual o Economus opera.

São apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Entidade.

### **3.13. Eventos subsequentes**

Os eventos subsequentes que evidenciem condições que já existiam na data final do período reportado são ajustados nas demonstrações contábeis, enquanto que, os eventos subsequentes que são indicadores de condições que surgiram após o período reportado, quando significativos, são divulgados na forma do CPC 24 – Evento Subsequente. Até a data de aprovação das demonstrações contábeis, foram identificados eventos subsequentes relevantes. (Nota Explicativa nº 22).

#### 4. Aplicações Financeiras

A carteira de investimentos é composta pelos seguintes papéis:

Descrição	Composição dos Investimentos			
	2020			2019
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	31 de dezembro	31 de dezembro
<b>Títulos Públicos</b>	-	<b>10.883</b>	<b>10.883</b>	<b>10.746</b>
<b>Notas do Tesouro Nacional</b>	-	<b>3.215</b>	<b>3.215</b>	<b>3.263</b>
Notas do Tesouro Nacional B	-	3.215	3.215	3.263
<b>Letras Financeiras do Tesouro</b>	-	<b>7.668</b>	<b>7.668</b>	<b>7.483</b>
Letras Financeiras do Tesouro	-	7.668	7.668	7.483
<b>Vinculados a Provisões Técnicas</b>	-	<b>10.883</b>	<b>10.883</b>	<b>10.746</b>
<b>Fundos de Investimento</b>	<b>9.401</b>	-	<b>9.401</b>	<b>24.085</b>
<b>Renda Fixa</b>	<b>9.401</b>	-	<b>9.401</b>	<b>24.085</b>
Fundo de Renda Fixa	9.401	-	9.401	24.085
<b>Lastreados a Provisões Técnicas</b>	<b>9.401</b>	-	<b>9.401</b>	<b>24.085</b>
<b>Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas</b>	<b>9.401</b>	<b>3.215</b>	<b>20.284</b>	<b>34.831</b>
<b>Títulos Públicos</b>	-	<b>2.415</b>	<b>2.415</b>	<b>40.258</b>
<b>Notas do Tesouro Nacional</b>	-	<b>2.415</b>	<b>2.415</b>	<b>40.258</b>
Notas do Tesouro Nacional B	-	2.415	2.415	40.258
<b>Créditos Privados e Depósitos</b>	-	-	-	<b>42.842</b>
<b>Letras Financeiras Privadas</b>	-	-	-	<b>42.842</b>
Letras Financeiras Privadas	-	-	-	42.842
<b>Fundos de Investimento</b>	<b>100.882</b>	-	<b>100.882</b>	<b>57.420</b>
<b>Renda Fixa</b>	<b>86.288</b>	-	<b>86.288</b>	<b>28.786</b>
Fundo de Renda Fixa	86.288	-	86.288	28.786
<b>Fundos de Investimento Estruturado</b>	<b>14.594</b>	-	<b>14.594</b>	<b>28.634</b>
Fundos de Participações	14.594	-	14.594	28.634
<b>Aplicações Livres</b>	<b>100.882</b>	<b>2.415</b>	<b>103.297</b>	<b>140.520</b>
<b>Aplicações Financeiras</b>	<b>110.283</b>	<b>13.298</b>	<b>123.581</b>	<b>175.351</b>

Os ativos financeiros são aplicados no mercado financeiro em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Política de Investimento, tendo a seguinte composição:

Descrição	Nível hierárquico	2020		2019	
		Valor Contábil	Valor de mercado	Valor Contábil	Valor de mercado
<b>Valor justo por meio de resultado</b>		<b>123.581</b>	<b>123.581</b>	<b>175.351</b>	<b>175.351</b>
Títulos Públicos - LFT	1	7.668	7.668	7.483	7.483
Títulos Públicos Federais - NTN	1	5.630	5.630	43.521	43.521
Títulos Privados - CDB/RDB/LF	1	-	-	42.842	42.842
Fundos de Renda Fixa	2	95.689	95.689	52.871	52.871
Fundos de Investimentos Estruturados	2	14.594	14.594	28.634	28.634
<b>Títulos mantidos até o vencimento</b>		-	-	-	-
<b>Total dos Ativos Financeiros</b>		<b>123.581</b>	<b>123.581</b>	<b>175.351</b>	<b>175.351</b>

Os investimentos são classificados como títulos para negociação e mensurados pelo valor justo por meio do resultado (Ativo Circulante) independente do prazo de vencimento.



## Fundo de Investimentos Estruturados

O Economus encerrou o exercício de 2020 com o montante de R\$ 14.594 (R\$ 28.634, em 2019), em Fundos de Investimento Estruturados.

Descrição	CNPJ	Aplicação Inicial	Integralizações (desde o início do Fundo)	Recebimentos (desde o início do Fundo)	Saldo em 2020	Rentabilidade 2020	Saldo em 2019
<b>Plano FEAS</b>			<b>28.597</b>	<b>14.509</b>	<b>14.594</b>	<b>-13,79%</b>	<b>28.634</b>
FIP NEO CAP MEZANINO	10.720.618/0001-80	set/10	7.727	5.168	1.963	-29,52%	5.292
FIP FBIE - SANTANDER	11.760.191/0001-06	set/10	6.901	5	7.696	10,35%	7.194
FIP PÁTRIA INFRAESTR	12.517.924/0001-49	fev/11	6.790	8.993	2.840	2,80%	10.044
FICFIP PATRIA SPE OP	13.328.452/0001-49	nov/12	5.700	-	17	-99,59%	4.163
FIP CRP EMPREENDEDOR	14.747.610/0001-68	mai/13	375	59	745	37,48%	542
FIP 2BCAPITAL BRASIL	14.596.766/0001-95	jul/13	1.104	284	1.333	9,04%	1.401
<b>Total da carteira de Fundos de Investimentos Estruturados</b>			<b>28.597</b>	<b>14.509</b>	<b>14.594</b>		<b>28.634</b>

Em 2020, a Taxa Interna de Retorno da Carteira de Investimentos em FIPs foi negativa em 13,79% (positiva 1,20%, em 2019). Tal carteira foi constituída até 2013, observando-se o crescimento dos ativos livres até aquele ano e suas projeções do longo prazo.

## Venda dos Fundos de Investimento Estruturados

A não confirmação das premissas financeiras, especialmente relacionadas ao agravamento das despesas e recebimento de receitas em volume inferior ao esperado, agravaram a situação de solvência dos Planos de Saúde vinculado ao Feas. Assim, a velocidade de consumo dos recursos livres investidos aumentou e indica o esgotamento de Recursos do Plano. O Economus tem realizado o desinvestimento de recursos livres para fazer frente às despesas e, desde 2018, tem avaliado alternativas para realização de desinvestimento dos FIPs.

Observando-se a situação financeira do Fundo Feas, em que as despesas crescentes têm superado as receitas do FEAS ao longo dos anos, o Economus tem buscado liquidez para os investimentos em carteira, inclusive FIPs, desde 2018, para fazer frente ao pagamento das despesas assistenciais. Em novembro de 2020, após recebimento de proposta e avaliação de análises técnicas no âmbito da governança do Economus, o Instituto aprovou a alienação de cotas detidas nos Fundos FIP Pátria Infraestrutura (CNPJ 12.517.924/0001-49), FIP FBIE - Santander (CNPJ 11.760.191/0001-06) e FIP Neo Cap Mezanino (CNPJ 10.720.618/0001-80).

Tais investimentos ilíquidos foram negociados com deságio (R\$ 5.360, ou aproximadamente 30% com relação ao valor patrimonial), já contabilizado em dezembro de 2020. O Economus avaliou negociar tais FIPs junto aos planos de benefícios do próprio Instituto, mas teve seu pedido negado pelo órgão fiscalizador das Entidades Fechadas de Previdência Complementar à Previc que são os planos Regulamento Geral e PrevMais, detentores de cotas dos mesmos FIPs, pudessem exercer direito de preferência na transação.

A finalização da operação, bem como sua execução, está sujeita a diligência final dos ativos pelo proponente, e aprovações para transferência de titularidade de cotas no âmbito de assembleias de cotistas dos fundos de investimentos.



## 5. Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

### 5.1. Contraprestação Pecuniária a Receber

O saldo desse grupo de contas refere-se a valores a receber dos beneficiários dos planos de assistência à saúde administrados pelo Economus, conforme segue:

Descrição	2020	2019
<b>Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido</b>	<b>326</b>	<b>412</b>
Contraprestações a Receber Bruto	5.770	5.066
(-) Provisão para Perdas sobre Crédito	(5.444)	(4.654)
<b>Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido</b>	<b>1.527</b>	<b>2.272</b>
Contraprestações a Receber Bruto	6.714	6.857
(-) Provisão para Perdas sobre Crédito	(5.187)	(4.585)
<b>Total de Contraprestação Pecuniária a Receber</b>	<b>1.853</b>	<b>2.684</b>

### 5.2. Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

São registradas as participações dos beneficiários em eventos indenizáveis de coparticipação a receber e outros valores a receber. Sua composição é representada da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
<b>Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizáveis</b>	<b>58</b>	<b>110</b>
Coparticipação a Receber	3.022	3.050
(-) Provisão para Perdas sobre Crédito	(2.964)	(2.940)
<b>Outros Créditos de Operações com Planos</b>	<b>5.075</b>	<b>2.475</b>
Outros Créditos a Receber <sup>(a)</sup>	5.075	2.475
<b>Total de Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde</b>	<b>5.133</b>	<b>2.585</b>

(a) Referem-se, principalmente, aos valores a receber de taxa administrativa e do custeio patronal de despesas médico-hospitalares dos Planos Básico, PAMC, Plus e Plus II.

## 6. Créditos Tributários e Previdenciários

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os títulos e contribuições a recolher apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2020	2019
<b>Créditos Tributários</b>	<b>802</b>	<b>802</b>
Imposto de Renda a Recuperar <sup>(a)</sup>	585	585
INSS a recuperar	217	217
<b>Outros Créditos a Receber</b>	<b>1.614</b>	<b>1.624</b>
PIS/Cofins/CSLL a compensar / restituir	243	243
PIS/Cofins a Recuperar <sup>(b)</sup>	1.371	1.381
<b>Total dos Créditos Tributários e Previdenciários</b>	<b>2.416</b>	<b>2.426</b>

(a) IR/CSLL a recuperar sobre as taxas administrativas de junho de 2010 a agosto de 2013. Em 02 de julho de 2015, foi enviado à Receita Federal do Brasil o pedido de restituição.

(b) Refere-se, principalmente, ao PIS/Cofins a recuperar sobre as taxas administrativas de junho de 2010 a agosto de 2013. Em 17 de julho de 2015, foi enviado à Receita Federal do Brasil o pedido de restituição.

## 7. Bens e Títulos a Receber

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2020	2019
<b>Outros Créditos a Receber</b>	<b>432</b>	<b>476</b>
Valores a Receber entre os Planos de Saúde da Operadora	432	476
<b>Total dos bens e títulos a receber</b>	<b>432</b>	<b>476</b>

## 8. Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2020	2019
Provisão para Prêmios ou Contribuições não Ganhas (PPCNG) <sup>(a)</sup>	3.007	3.348
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS <sup>(b)</sup>	1.070	1.199
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviço Assistenciais <sup>(c)</sup>	14.560	12.530
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (Peona) <sup>(d)</sup>	4.431	5.346
<b>Total de Provisão Técnicas de Operações de Assistência à Saúde</b>	<b>23.068</b>	<b>22.423</b>

**(a) Provisão para Prêmios ou Contribuições não Ganhas (PPCNG):** provisão de receitas não ganhas aplicável ao Economus Família, isto é, do montante provisionado do contrato cujo período de cobertura do risco não tenha transcorrido, para cumprimento do regime de competência. Varia de acordo com o volume de contraprestações recebidas e do período de cobertura do risco;

**(b) Provisão de Eventos a Liquidar (PEL) para o Sistema Único de Saúde (SUS):** provisão de ressarcimento ao SUS, referente às despesas assistenciais decorrentes de atendimento de beneficiários do Economus na rede pública de saúde. Esses valores estão registrados na contabilidade por meio dos Avisos de Beneficiários Identificados (ABI) e pela média dos atendimentos demonstrados no site da ANS relacionados ao Economus;

**(c) Provisão de Eventos a Liquidar (PEL) para Outros Prestadores de Serviço Assistencial:** provisão para garantia de eventos já ocorridos, avisados pelo prestador ou beneficiário e ainda não pagos, cujo registro contábil é realizado pelo valor integral informado no momento da cobrança à Entidade;

**(d) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (Peona):** provisão para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados para o Economus Família, constituída conforme metodologia da ANS.

### Ativos garantidores das provisões técnicas

As provisões técnicas, com exceção da PPCNG, devem ser cobertas por ativos garantidores, na proporção de um para um. Desse montante, fora a parcela de eventos a liquidar com menos de 60 dias, que necessita apenas de aplicações de lastro, todo o restante deve ser coberto por aplicações vinculadas.

Abaixo, está demonstrada a suficiência de vínculo das garantias financeiras do Economus:

Descrição	2020	2019
<b>Ativos Garantidores</b>	<b>10.883</b>	<b>10.746</b>
Aplicações Vinculadas às Provisões Técnicas	10.883	10.746
<b>Provisões Técnicas</b>	<b>6.079</b>	<b>7.067</b>
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS	1.070	1.199
Provisão de Eventos a Liquidar superior a 60 dias	578	522
Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados	4.431	5.346
<b>Sobra de Garantias Financeiras Vinculadas</b>	<b>4.804</b>	<b>3.679</b>

A seguir, está demonstrada a suficiência de lastro das garantias financeiras do Economus:

Descrição	2020	2019
<b>Ativos Garantidores</b>	<b>9.401</b>	<b>24.085</b>
Aplicações Lastreadas às Provisões Técnicas	9.401	24.085
<b>Provisões Técnicas</b>	<b>13.982</b>	<b>12.008</b>
Provisão de Eventos a Liquidar	13.982	12.008
<b>Sobra de Garantias Financeiras Lastreadas</b>	<b>(4.581)</b>	<b>12.077</b>
<b>(+) Sobra de Garantias Financeiras Vinculadas</b>	<b>4.804</b>	<b>3.679</b>
<b>(=) Sobra de Ativos Garantidores</b>	<b>223</b>	<b>15.756</b>

## 9. Débitos de Operações de Assistência à Saúde

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2020	2019
Intercâmbio a Pagar de Corresponsabilidade Transferida <sup>(a)</sup>	5.770	5.012
Taxa de Administração sobre Investimentos	22	29
Outros Gastos com Prestação de Serviços	5	5
<b>Total de Débitos de Operações de Assistência à Saúde</b>	<b>5.797</b>	<b>5.046</b>

(a) Intercâmbio a Pagar de Corresponsabilidade Transferida: consiste no montante de serviços médicos devidos a uma operadora quando presta atendimento a beneficiários de outra operadora, casos no Economus da Cassi, Cabesp e Unimed.

## 10. Tributos e Encargos Sociais a Recolher

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2020	2019
<b>Tributos e Contribuições</b>	<b>20</b>	<b>79</b>
Contribuições Previdenciárias	20	79
<b>Retenções de Impostos e Contribuições</b>	<b>414</b>	<b>528</b>
Imposto de Renda Retido na Fonte de Terceiros	94	127
Imposto Sobre Serviços Retidos na Fonte	26	11
Contribuições Previdenciárias Retidas de Terceiros	9	30
Outros – PIS/Cofins/CSLL sobre Prestação de Serviço Médico	285	360
<b>Total de Tributos e Encargos Sociais a recolher</b>	<b>434</b>	<b>607</b>

São registrados, nesse grupo de contas, todos os tributos e contribuições a recolher referentes aos serviços médico-hospitalares, tais como Imposto de Renda, Contribuições Federais sobre serviços de terceiros, INSS sobre honorários e ISS a recolher.

## 11. Débitos Diversos

Contemplam obrigações que não estão relacionadas à prestação de serviços de saúde. A composição dos débitos é a seguinte:

Descrição	2020	2019
<b>Fornecedores de serviço</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Contas a Pagar	1	1
<b>Outros débitos a pagar</b>	<b>14.380</b>	<b>13.990</b>
Valores Recebidos a Maior	26	7
Valores a Reembolsar à Gestão Previdencial <sup>(a)</sup>	2.474	2.121
Valores a Reembolsar do INSS sobre os 15% das Cooperativas Médicas <sup>(b)</sup>	11.862	11.862
Outros Despesas Operacionais	18	-
<b>Total de Débitos Diversos</b>	<b>14.381</b>	<b>13.991</b>

(a) Referem-se ao repasse das despesas administrativas estruturais da Gestão Assistencial para o Plano de Gestão Administrativa (PGA), referente dezembro de 2020.

(b) O Economus teve decisão favorável da ação do INSS sobre os 15% das cooperativas médicas, processo nº 0032701-53.2008.4.01.3400. Em dezembro de 2015, obteve alvará de levantamento dos depósitos judiciais no montante de R\$ 15.891 (atualizado monetariamente pela Selic, descontando os honorários dos assessores jurídicos especializados), demonstrado a seguir o reembolso aos custeadores:

Posição do INSS 15% das cooperativas (Custeadores)						
Descrição	Banco do Brasil	Feas	Novo Feas	Autossustentável	EcoSaúde II	Total
Depósito Judicial	9.018	1.934	387	722	20	12.081
Atualização Monetária	2.844	610	122	228	6	3.810
<b>Total</b>	<b>11.862</b>	<b>2.544</b>	<b>509</b>	<b>950</b>	<b>26</b>	<b>15.891</b>

O Economus, após instruções dos assessores jurídicos, iniciou em 2019 a recuperação dos valores pagos e declarados em GFIP dos 5 anos anteriores a propositura da ação (período de 10/2003 a 10/2008).

## 12. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

### 12.1. Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas Demonstrações Contábeis, conforme CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

### 12.2 Provisões para Ações Trabalhistas, Cíveis e Tributárias - Prováveis

O Economus, a partir de julho de 2020, passou a realizar mensalmente a avaliação de seus riscos contingenciais (anteriormente era semestralmente), com base em fundamentos jurídicos, econômicos e tributários. A avaliação desses riscos objetiva classificá-los da melhor forma segundo as chances de ocorrência de sua exigibilidade, dentre as seguintes alternativas de classificação de perda: prováveis, possíveis ou remotas.

As obrigações legais são reconhecidas nas Demonstrações Contábeis, independente da avaliação de perda, visto que uma obrigação originada em lei só pode ser tratada como perda remota ou possível se houver um fato específico que suporte esse julgamento, como, por exemplo, uma jurisprudência pacificada.

As ações judiciais classificadas como prováveis são 100% provisionadas e correspondem às incertezas que, a depender de eventos futuros, poderão ter impacto na situação financeira da Operadora. A movimentação está demonstrada a seguir:

Descrição	Provisões			
	2019	Constituição/ (Reversão)	Atualização	2020
Ações Trabalhistas <sup>(a)</sup>	14.418	1.424	996	16.838
Ações Cíveis <sup>(b)</sup>	5.680	1.676	128	7.484
Ações Tributárias <sup>(c)</sup>	155.808	394	1.525	157.727
<b>Total das Ações Trabalhistas, Cíveis e Tributárias</b>	<b>175.906</b>	<b>3.494</b>	<b>2.649</b>	<b>182.049</b>

**(a) Trabalhistas:** processos relativos à adesão de aposentados, cobertura médico-hospitalares, manutenção das condições originalmente contratadas, reparação por danos morais, manutenção de beneficiários nos planos Feas, Novo Feas, EcoSaúde II e Economus Família, reclamações trabalhistas de ex-empregados, e litígios sobre o valor das contribuições aos planos, cujo valor totalizou R\$ 16.838, em 2020 (R\$ 14.418, em 2019).

#### Manutenção das condições originalmente contratadas

Em fevereiro/2009, o Conselho Deliberativo aprovou a cobrança de contribuição mensal per capita dos beneficiários (aposentados e dependentes) dos planos subsidiados pelo Feas (Feas Pamc e Feas Básico), de 4,72% do montante composto pelos proventos mensais do plano de Benefício Definido + INSS do titular, determinando também a suspensão de novas adesões.

Em razão da implantação do referido modelo de custeio, alguns aposentados ingressaram com ação judicial, em pequenos grupos ou individuais, ou ainda via Associação de Aposentados, por meio de ação coletiva, pedindo a condenação do Economus e do Patrocinador (Banco do Brasil) na obrigação de manter as condições originais dos planos Feas, bem como solicitando a devolução dos valores pagos desde o início da cobrança da mensalidade, em fevereiro/2010 e alternativamente, pediram que o Banco do Brasil assumisse 60% da mensalidade. Quando o juiz defere este pedido o Economus cobra mensalmente o Patrocinador o qual, por sua vez, efetua os pagamentos da sua cota parte (60% da mensalidade).

Tais decisões não impuseram obrigação específica ao Patrocinador para que este realizasse

Valores expressos em milhares de Reais

aportes ao Fundo ou fosse o único responsável por devolver as mensalidades retroativas, tendo em vista que este não foi o pedido dos autores das ações, que solicitaram apenas a manutenção das condições originais dos planos e devolução dos valores de forma solidária ao Banco do Brasil e Economus, sem indicar quem deveria se responsabilizar pelo custeio e devolução.

O Economus, na condição de administrador dos planos Feas, tem cumprido as decisões judiciais, cabendo a ele, a suspensão das contribuições. Em relação à devolução das mensalidades, a obrigação também tem sido executada, a fim de acatar tais determinações judiciais.

Atualmente, há 260 decisões judiciais, obtidas em ações individuais ou em pequenos grupos, que abrangem um total de 1.306 beneficiários que não pagam as mensalidades dos planos e são custeados com recursos do fundo Feas.

A ação coletiva em curso abrange 1.309 titulares e dependentes. Essa ação teve uma decisão liminar com período de vigência, de junho/2013 a fevereiro/2017.

- (b) Cíveis:** referem-se a ações judiciais cíveis, cujo pedido está relacionado a cobertura médica, pagamento de danos morais e inscrição nos planos de saúde administrados pelo Instituto. O saldo provisionado em 2020 é de R\$ 7.484 (R\$ 5.680, em 2019).
- (c) Tributárias:** referem-se às discussões judiciais relacionadas à exigibilidade de tributos e discussões de autuações fiscais decorrentes de entendimentos das Autoridades Fiscais a respeito da incidência de tributos e cumprimento das obrigações acessórias:
- i. **PIS e Cofins de 2006:** em 2006 o Economus impetrou Mandado de Segurança questionando a exigibilidade do PIS e da Cofins, obtendo liminar para depositar judicialmente os valores apurados a partir da data do ajuizamento. Contabilmente, está provisionado o valor de R\$ 16.491 (R\$ 16.097, em 2019).
  - ii. **PIS e Cofins de 1996 a 2000:** autos lavrados pela Receita Federal do Brasil (RFB), questionando incidência e bases de cálculo de recolhimento referentes aos exercícios de 1996 a 2000. Após o trâmite da discussão na instância administrativa, o Economus ajuizou, em 2002 ação anulatória com pedido de antecipação de tutela. A ação foi julgada procedente em agosto de 2008, tendo a União recorrido da decisão em janeiro de 2009. O recurso de apelação da União foi julgado procedente, sendo que o Economus interpôs Recurso Especial e Recurso Extraordinário, ao Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, respectivamente. O processo teve sua tramitação suspensa até que o Supremo Tribunal Federal julgue processo afetado em repercussão geral. Contabilmente, está provisionado, em 2020, o valor R\$ 140.491 (R\$ 138.975, em 2019).
  - iii. **INSS:** autos de infração lavrados em 2004 e 2007 relacionados às contribuições previdenciárias de caráter normal, serviços remunerados às cooperativas e divergência entre valores recolhidos e informados na GFIP. Assessoria jurídica especializada foi contratada para impugnação dos autos. Em 2019, efetuamos levantamento parcial da Ação Anulatória, NFLD 35.650.232-5, correspondente a 70% da notificação. Contabilmente, está provisionado em 2020, o montante de R\$ 745 (R\$ 736, em 2019) equivalente aos 30% restante.



### 12.3 Passivos para Ações Cíveis e Trabalhistas - Possíveis

O Economus possui ações cíveis e trabalhistas, cujo objeto trata de assistência à saúde, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados como possível, no montante de R\$ 467.516 (R\$ 422.436, em 2019) para as ações cíveis e R\$ 1.056 (R\$ 1.081, em 2019) para as trabalhistas, respectivamente. Esses processos, classificados com probabilidade de perda possível, referem-se a ações cujo objeto é recomposição do patrimônio, inclusão de dependentes e agregados aos planos médicos, cobertura dos procedimentos médicos, materiais, custos de internação, reembolso de procedimento, manutenção de condições originárias, discussão sobre contribuições e indenizações por danos morais.

O pedido a recomposição do patrimônio é uma ação ajuizada por uma associação para recompor o Plano FEAS do valor que foi retirado para utilização em depósito judicial em ação anulatória de crédito tributário visando o cancelamento de autos de infração do PIS e da Cofins de 1996 a 2000, lavrados em 2001 e 2002. Esta ação teve julgamento desfavorável em primeira e segunda instâncias, e, após ingresso de recurso perante o STJ – Superior Tribunal de Justiça, a Corte Superior acolheu parcialmente as razões recursais do Economus e determinou o retorno do processo à 2ª instância (TJ/SP) para que seja realizado novo julgamento. O valor da ação é relevante e representa quase a totalidade do valor divulgado. O Economus considera que há perspectivas possíveis de êxito com base em pareceres jurídicos, fundamentos legais e jurisprudência dos Tribunais Superiores.

### 12.4 Depósitos Judiciais e Tributários

Os depósitos judiciais e tributários do Economus estão correlacionados às provisões e passivos contingentes. São garantidores de potenciais pagamentos de contingências. Os depósitos judiciais são registrados no ativo não circulante até que seja proferida decisão judicial, determinando o levantamento destes depósitos por uma das partes envolvidas.

Descrição	Depósitos Judiciais			2020
	2019	Constituição/ (Reversão)	Atualização	
Ações Trabalhistas	11.623	1.889	996	14.508
Ações Cíveis	1.668	1.217	128	3.013
Ações Tributárias	155.808	358	1.525	157.691
<b>Total dos Depósitos Judiciais</b>	<b>169.099</b>	<b>3.464</b>	<b>2.649</b>	<b>175.212</b>

## 13. Patrimônio Social

O Patrimônio Social é composto pela incorporação dos superavits e deficits apurados em cada exercício social e pela parcela de ganhos/perdas ainda não realizados, que contempla a diferença na precificação dos títulos públicos antes classificados na categoria “mantidos até o vencimento” e reclassificados para a categoria “disponíveis para negociação”. Essa parcela só é reconhecida no resultado quando ocorre a venda do ativo financeiro. O Economus não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no resultado.

Descrição	2020	2019
<b>Patrimônio Social</b>	<b>134.758</b>	<b>187.666</b>
<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>	<b>(1.024)</b>	<b>(1.018)</b>
Ganhos/Perdas Não Realizados com Títulos e Valores Mobiliário	(1.024)	(1.018)
<b>Superavit/Deficit Acumulado</b>	<b>(50.787)</b>	<b>(51.890)</b>
<b>Total do Patrimônio Social</b>	<b>82.947</b>	<b>134.758</b>

## 14. Demonstração do Patrimônio Mínimo Ajustado e Margem de Solvência

### Patrimônio Mínimo Ajustado

O Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA) representa o valor mínimo do Patrimônio Líquido ou Patrimônio Social da Operadora de Planos de Saúde, calculado a partir da multiplicação do fator 'K' (38,39% no caso do Economus), pelo capital base de R\$ 8.977 (R\$ 8.790, em 2019). Em 31 de dezembro de 2020, foi observado o limite mínimo de patrimônio, multiplicado pelo fator K. A seguir, estão demonstrados os cálculos do Patrimônio Mínimo Ajustado.

Descrição	2020	2019
Capital-Base do Patrimônio Mínimo Ajustado	8.977	8.790
(x) Fator K	38,39%	38,39%
(=) Patrimônio Mínimo Ajustado	3.446	3.374
<b>Capital Requerido</b>	<b>3.446</b>	<b>3.374</b>

O capital para a gestão assistencial do Economus está em conformidade com o limite mínimo estabelecido pelo PMA, pois, ao fim do exercício 2020, seu capital totalizou R\$ 82.947 (em 2019, R\$ 134.758).

### Margem de Solvência

A partir de janeiro de 2014, as operadoras ficam submetidas à Margem de Solvência, a fim de verificar a capacidade do patrimônio necessário para operar no mercado de saúde.

Descrição	2020	2019
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>82.947</b>	<b>134.758</b>
Patrimônio Líquido	82.947	134.758
<b>Escalonagem da Margem de Solvência (84/120)</b>	<b>45.979</b>	<b>41.635</b>
<b>Margem de Solvência (maior entre 'A' ou 'B')</b>	<b>65.684</b>	<b>59.479</b>
<b>A - Contraprestações Líquidas (12 meses)</b>	<b>36.043</b>	<b>28.535</b>
A <sup>1</sup> - 50% das Contraprestações Líquidas Planos Pós-estabelecidos	128.087	93.604
A <sup>2</sup> - 100% das Contraprestações Líquidas Planos Preestabelecidos	52.130	49.071
(=) Total das Contraprestações Líquidas (A <sup>1</sup> + A <sup>2</sup> )	180.217	142.675
<b>20% sobre as Contraprestações Líquidas</b>	<b>36.043</b>	<b>28.535</b>
<b>B - Eventos Indenizáveis Líquidos (36 meses)</b>	<b>65.684</b>	<b>59.479</b>
B <sup>1</sup> - Média anual 50% do total de Eventos Indenizáveis Pós-estabelecidos	148.307	128.961
B <sup>2</sup> - Média anual de 100% do total de Eventos Indenizáveis Preestabelecidos	50.735	51.277
(=) Total das Contraprestações Líquidas (B <sup>1</sup> + B <sup>2</sup> )	199.042	180.238
<b>33% sobre a média anual dos Eventos Indenizáveis</b>	<b>65.684</b>	<b>59.479</b>
<b>Solvência Apurada</b>	<b>36.968</b>	<b>93.123</b>

A ANS determina em seus normativos a constituição total da margem de solvência total até dezembro de 2023, sendo que em 31 de dezembro de 2020, a obrigação é constituir pelo menos 84/120 desta margem, o que corresponde a R\$ 45.979 (em 2019, R\$ 41.635, com escalonamento de 72/120 da margem).

## 15. Receitas com Operações de Assistência à Saúde

### Composição Consolidada das Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência à Saúde

Descrição	2020	2019
Contribuições Líquidas <sup>(a)</sup>	294.526	301.962
Corresponsabilidade Cedida <sup>(b)</sup>	(70.360)	(78.520)
Receitas com Administração dos Planos <sup>(c)</sup>	13.778	12.837
Variação das Provisões Técnicas <sup>(d)</sup>	1.619	899
<b>Total das Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência</b>	<b>239.563</b>	<b>237.178</b>

(a) Valores das receitas dos patrocinadores e dos beneficiários a título de contraprestação emitida pelos planos de Assistência à Saúde.

(b) Consiste no montante de serviços médicos devidos a uma operadora quando presta atendimento a beneficiários de outra operadora, casos no Economus da Cassi, Cabesp e Unimed, em conformidade com a RN 430/2017.

(c) São registrados os valores das receitas administrativas dos Planos Básico, PAMC, Plus, Plus II e EcoSaúde II.

(d) De acordo com a planificação contábil vigente, registra-se toda redução de provisões técnicas como receita.



## 16. Eventos Conhecidos ou Avisados

### 16.1. Eventos Indenizáveis Líquidos Consolidados (Despesas Assistenciais)

Descrição	2020	2019
<b>Eventos Indenizáveis <sup>(a)</sup></b>	<b>291.113</b>	<b>314.318</b>
Consultas	10.901	14.802
Exames	32.463	42.435
Terapias	3.843	4.698
Internações	172.802	175.513
Outros Atendimentos Ambulatoriais	69.714	74.341
Demais Despesas Assistenciais	-	162
Sistema Único de Saúde (SUS)	1.291	1.921
Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados (Peona)	99	446
<b>(-) Recuperação de Eventos Indenizáveis <sup>(b)</sup></b>	<b>(24.438)</b>	<b>(26.884)</b>
<b>Total dos Eventos Indenizáveis Líquidos</b>	<b>266.675</b>	<b>287.434</b>

**(a) Eventos Indenizáveis:** registram os valores dos eventos conhecidos e indenizações de todos os gastos com procedimentos médico-hospitalares prestados a beneficiários dos planos Plus, Plus II, PAMC, Básico, Feas PAMC, Feas Básico, Novo Feas, EcoSaúde II e Economus Família.

**(b) Recuperação de Eventos Indenizáveis:** são registrados os valores de eventos de assistência médico-hospitalar recuperados por glosas e coparticipação.

### 16.2. Cobertura Assistencial com Preço Prestabelecido – Planos Coletivos por Adesão Pós Lei

O plano coletivo por adesão do Economus Família firmado posteriormente à Lei nº 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço prestabelecido, está demonstrado no quadro abaixo e está contida em rubrica própria no custo da atividade.

	2020							2019	
	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	SUS	Total	Total
Rede Contratada	1.326	3.557	463	21.382	8.928	-	146	35.802	45.371
Reembolso	4	7	29	-	4	-	-	44	46
<b>TOTAL</b>	<b>1.330</b>	<b>3.564</b>	<b>492</b>	<b>21.382</b>	<b>8.932</b>	<b>-</b>	<b>146</b>	<b>35.846</b>	<b>45.417</b>

### 16.3. Contraprestações de Corresponsabilidade Cedida de Assistência Médico-Hospitalar.

Ocorre quando um beneficiário de uma operadora com a qual mantém vínculo contratual é atendido por outra operadora, e por um acordo ou contratação entre as operadoras, o atendimento pode ser feito de forma continuada.

Tais operações também são comumente conhecidas como reciprocidade (entre as autogestões) e contratações de repasse ou de risco cedido em pré ou pós. Visam a viabilizar a cobertura de assistência à saúde prevista contratualmente nos planos comercializados ou disponibilizados em contratos coletivos, em uma região a qual a operadora não possui vínculo direto com a rede. Neste caso, a operadora indica uma rede de outra operadora para atendimento aos beneficiários, de forma continuada em determinada região.

Descrição	Corresponsabilidade Cedida em Preço Pós-Estabelecido	
	2020	2019
<b>1 - Cobertura Assistencial com Preço Prestabelecido</b>	<b>8.257</b>	<b>8.044</b>
Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	8.257	8.044
<b>2 - Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido</b>	<b>62.103</b>	<b>70.476</b>
Planos Coletivos por Adesão antes da Lei	11.055	13.068
Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	19.908	19.380
Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	31.140	38.028
<b>Total dos Eventos Indenizáveis Líquidos</b>	<b>70.360</b>	<b>78.520</b>

A Contraprestação de Corresponsabilidade Cedida de Assistência Médico-Hospitalar é quando o

Valores expressos em milhares de Reais

Economus contrata as operadoras Cassi, Cabesp e Unimeds em preço pós-estabelecido (pagando contraprestação apenas em função do atendimento dos beneficiários + taxa de administração) e essas operadoras firmam compromisso de corresponsabilidade com o Economus pela gestão dos riscos decorrentes do atendimento dos beneficiários em preço pós-estabelecido (atendimento dos beneficiários + taxa de administração), para viabilizar o acesso de (alguns dos) seus beneficiários à rede da Operadora.

## 17. Despesas Administrativas

A Entidade registra seus gastos administrativos de forma segregada, dentro de um modelo denominado Plano de Gestão Administrativa (PGA). O PGA está suportado por regulamento próprio aprovado pelo Conselho Deliberativo do Economus em 06 de dezembro de 2011, alterado a partir de abril/2019 por meio da Ata nº 492, de 26 de setembro de 2019.

De acordo com as normas publicadas pela Previc, todas as despesas administrativas contabilizadas no PGA atribuídas à administração assistencial, são reembolsadas integralmente pelos planos de assistência à saúde.

Descrição	2020	2019
Despesas com Pessoal Próprio <sup>(a)</sup>	16.131	17.069
Despesas com Serviços de Terceiros <sup>(b)</sup>	3.863	4.760
Despesas com Localização e Funcionamento <sup>(c)</sup>	1.714	1.867
Despesas com Tributos <sup>(d)</sup>	271	296
Despesas com Multas Administrativas <sup>(e)</sup>	76	241
Despesas Administrativas Diversas <sup>(f)</sup>	298	396
<b>Total das Despesas Administrativas</b>	<b>22.353</b>	<b>24.629</b>

- a) **Despesas com Pessoal Próprio:** as despesas com pessoal próprio são originalmente registradas no Plano de Gestão Administrativa (PGA), sendo transferidas à Gestão Assistencial de acordo com os critérios de segregação preestabelecidos.
- b) **Despesas com Serviços de Terceiros:** são representadas pelos serviços contratados de terceiros, tais como: consultoria técnica, serviços de conectividade, temporários e terceirizados, honorários advocatícios, entre outros.
- c) **Despesas com Localização e Funcionamento:** correspondem às despesas básicas para manutenção das atividades da empresa. Nesse subgrupo, são registradas despesas com água, aluguel, luz e telefone.
- d) **Despesas com Tributos:** referem-se às despesas com impostos, taxas e similares, como IPTU, taxa de saúde suplementar e outras contribuições fiscais.
- e) **Despesas com Multas Administrativas:** corresponde às despesas de multas aplicadas pela ANS.
- f) **Despesas Administrativas Diversas:** correspondem às despesas não classificáveis nas demais contas de despesas administrativas, tais como: despesas judiciais, jornais e revistas, multas, entre outras.

## 18. Partes Relacionadas

As partes relacionadas do Economus podem ser assim consideradas: dos beneficiários e dos patrocinadores (Banco do Brasil S.A. e Economus), cujo relacionamento ocorre por intermédio de Convênio de Adesão para oferecimento dos planos assistenciais para seus empregados.

São realizadas transações bancárias com o patrocinador Banco do Brasil S.A., tais como: depósitos

Valores expressos em milhares de Reais

em conta corrente, depósitos judiciais, aplicações financeiras e serviços de cobrança. Referidas transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as do mercado.

### **Remuneração da Administração**

O Economus considerou como pessoal-chave da administração os integrantes da Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo. Os valores com os benefícios e encargos de curto prazo no exercício de 2020 somaram R\$ 1.052 (R\$ 1.126, em 2019) e R\$ 147 (R\$ 173, em 2019), respectivamente.

## **19. Instrumentos Financeiros Ativos**

Os instrumentos financeiros estão restritos às aplicações financeiras, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos e encontram-se classificados, conforme abaixo:

Aplicações financeiras: estão demonstradas pelo custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos em linha com as melhores práticas de precificação adotadas pelo mercado financeiro. Os ativos financeiros foram adquiridos levando-se em consideração as condições e premissas estabelecidas pela Política de Investimentos vigente à época, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

## **20. Instrumentos Financeiros Derivativos**

Durante os exercícios de 2020 e de 2019, o Economus não realizou diretamente operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

## **21. Aprovação das Demonstrações Contábeis das Informações Suplementares da Gestão Assistencial**

As Demonstrações Contábeis das Informações Suplementares da Gestão Assistencial foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo, em 30 de março de 2021.

## **22. Eventos Subsequentes**

### **a) Economus Futuro**

O início do funcionamento do Plano Economus Futuro, sob o registro nº 487.608/20-3, está condicionado ao atingimento mínimo de 40% de adesão dos atuais beneficiários dos planos vinculados ao Feas. Pelo fato de o limite não ter sido atingido, o plano até o momento não entrou em operação.

### **b) Margem de Solvência**

Em 03/02/2021, embasado no artigo 6º da RN 451/2020, o Economus elaborou estudo técnico da sua inadimplência, com a finalidade de utilizar percentual médio de inadimplência dos últimos 12 meses no cálculo da Margem de Solvência, de modo a reduzir a margem mínima necessária. O estudo foi feito em conjunto com a Auditoria Independente contratada e Consultoria Técnica especializada, que emitiram parecer técnico acerca dos dados, e o relatório foi remetido à ANS para ser analisado pelo órgão regulador.

**c) Plano de Saúde EcoSaúde III (empregados do Economus)**

Após estudo comparativo realizado no decorrer de 2020 com entidades do segmento de previdência e saúde, com o intuito de alinhar a relação de custeio e garantir o equilíbrio econômico-financeiro do plano de saúde destinado aos empregados do Economus, o Conselho Deliberativo aprovou, em julho/2020, a revisão das características do plano EcoSaúde II e a criação do novo plano EcoSaúde III, observando a isonomia na equalização do aumento entre os empregados. No início de dezembro/2020, o EcoSaúde III teve seu registro aprovado pela ANS, sob o número 487.622/20-9.

Diante disso, em 31/01/2021, ocorreu a extinção do plano EcoSaúde II e, na mesma data, o plano EcoSaúde III passou a vigorar. A adesão ao novo plano foi mediante Termo de Adesão devidamente preenchido e assinado pelos empregados, que tiveram a opção de não participar do novo plano caso não desejassem.

As características do EcoSaúde III são:

- a) **Plano:** coletivo empresarial - patrocinado;
- b) **Abrangência:** nacional;
- c) **Público:** funcionários ativos, ex-funcionários aposentados por invalidez e dependentes (cônjuges e filhos/enteados/tutelados e ou menores sob guarda do titular, desde que tenham até 21 anos ou que sejam inválidos – neste caso, até perdurar a invalidez);
- d) **Rede Credenciada:** a mesma do EcoSaúde II;
- e) **Acomodação:** apartamento padrão;
- f) **Custeio:** mensalidade de 4,5% do salário bruto por grupo familiar, com piso de contribuição de R\$ 125,00 e teto de R\$ 1.215,00;
- g) **Coparticipação:** percentual de 30% sobre procedimentos de baixo custo, com limite de desconto máximo mensal de 8% sobre o salário bruto do titular.

De acordo com as demonstrações e notas explicativas detalhadas acima referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Daniel André Stieler  
Diretor Superintendente  
CPF 391.145.110-53

Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira  
Diretor Financeiro  
CPF 379.765.161-91

César Augusto Jacinto Teixeira  
Diretor Administrativo  
CPF 218.688.948-00

Mauricio Aparecido Lopes  
Diretor de Seguridade  
CPF 078.627.298-89

Tadeu Pigioli Horta Fernandes  
Contador  
CRC 1 SP 241642/O-1  
CPF 222.044.038-90

